

-----**ACTA N.º 4/2011**-----

-----Aos 30 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas, estando presentes os seguintes membros:-----

- José Albano Pereira Marques;-----
- Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----
- Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----
- Diana Patrícia Duarte Seco;-----
- Vera Lúcia Proença Henriques;-----
- Albino Freire Bárbara;-----
- Luís Carlos Fernandes Santos;-----
- António Júlio da Silva Veiga Simão;-----
- Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----
- António Rego Rodrigues Veloso;-----
- Isabel Cristina Lopes Andrade;-----
- Frederico Manuel Martins Sena;-----
- António José Achando da Fonseca;-----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Júlio dos Santos Ambrósio;-----
- Horácio Monteiro Antunes;-----
- Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----
- Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores;-----
- Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
- Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----
- Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;-----
- Berta Isabel Pinheiro Bernardo, Secretária da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, em substituição do Senhor José Jorge da Silva;-----

-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso; -----

-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; -----

-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----

-----Paulo Jorge Saraiva Abreu, Secretário da junta de Freguesia de São Pedro, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves;-----

-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----

-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas; -----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----
-----Milena Sandra Tavares Esteves;-----
-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques;-----
-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente;-----
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----Em virtude do primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Deputado António Manuel dos Reis Álvaro ter faltado a esta sessão, foi convidada a desempenhar essas funções a Senhora Deputada Isabel Cristina Lopes Andrade.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelo Senhor Deputado Horácio Monteiro Antunes e pela Senhora Deputada Isabel Cristina Lopes Andrade, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----Fez uso da palavra o Senhor **Deputado Nuno Nascimento** para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º António dos Anjos Lourenço Tavares Martins, que passou a ler e se transcreve: -----

-----“**António dos Anjos Lourenço Tavares Martins**, mais conhecido como Eng. Martins, nasceu a 1.1.1956 em Coimbra; -----
-----Casou com Teresa Madeira Martins, professora do ensino secundário e teve 1 filho, Filipe Madeira Martins, atualmente interno da especialidade de cirurgia, no Hospital da Figueira da Foz. -----
-----Fez o ensino primário e secundário na cidade da Guarda, tendo terminado a licenciatura em Engenharia Civil na Universidade de Coimbra, no ano de 1982. -----
-----De imediato iniciou a atividade de engenharia civil em projetos privados, que complementava com a docência no ex-Liceu da Guarda. -----
-----Em 1984 concorreu e foi admitido na Câmara Municipal de Celorico da Beira, onde desempenhou o cargo de chefe de divisão até ao ano de 1995, data em que, por motivos vários, pediu transferência para a câmara municipal de Fornos de Algodres, onde esteve até 2001. -----
-----Em ambas as câmaras, e durante estes 17 anos, e como chefe de divisão municipal, exerceu atividades a nível de planeamento, realização de projetos, fiscalização e gestão de obras, gestão de pessoal, etc. -----
-----Paralelamente teve intervenções organizativas como presidente da associação de pais no concelho de Celorico da Beira, durante 5 anos, e também como presidente da Associação de Bombeiros, durante 3 anos. ----
-----Durante cerca de 12 anos foi professor de vias de comunicação no curso de Engenharia Civil no Instituto Politécnico da Guarda, funções que ainda exercia na presente data.-----
-----Em Gabinetes de Arquitetura, teve oportunidade de projetar várias estradas no distrito da Guarda, e teve iniciativas privadas de apresentação de projetos em concursos vários.-----
-----Mestre em Engenharia Municipal pela Universidade do Minho.-----
-----Em 2001 concorreu e foi colocado como diretor de estradas do distrito de Viseu, e mais tarde acumulou com idênticas funções para o distrito da Guarda.-----

-----Por diversas vezes fez dissertações e comunicações escritas em palestras e congressos tanto no país como no estrangeiro, e em 2004 integrou o grupo de Transportes Terrestres, que a nível europeu discutiu a segurança para os túneis rodoviários.-----

-----Em 2009, à data do início da sua doença, estava já colocado na direção de estradas em Lisboa, onde exercia as funções de diretor do departamento de segurança rodoviária nacional, estando intensamente envolvido em projetos que visavam a redução de sinistralidade e mortalidade nas estradas de Portugal.-----

-----Faleceu a 21 de Agosto de 2011, no IPO de Coimbra, vítima de doença prolongada.-----

-----Em nome da bancada parlamentar do PSD\CDS, gostaria de endereçar o mais sincero voto de pesar, à sua família, pelo que fez, pelo que deixou e por aquilo que ambicionava fazer, pelo nosso distrito, bem como por Celorico da Beira, mas quis o destino que assim não fosse.”-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** depois de ter sido aceite por unanimidade o voto de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória do Senhor Eng. António dos Anjos Lourenço Tavares Martins.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Veiga Simão** começou por dizer que foi colocado a discussão pública o Documento Verde da Reforma da Administração Local, que visa a Reforma Administrativa do Poder Local, bem como, a organização do território, que tem como objectivo realizar uma análise do actual mapa administrativo, promovendo a redução do actual número de Freguesias, pela sua aglomeração, dando origem à criação de novas Freguesias, com maior dimensão e escala, de acordo com as suas tipologias e salvaguardando as especificidades territoriais.-----

-----Falou num documento da ANAFRE que refere que as freguesias não são responsáveis pelo endividamento público, subscrevendo na íntegra o teor desse mesmo documento. -----

-----Fez uma proposta no sentido de ser constituído um grupo de trabalho, composto pelos membros de cada bancada, Vereação e mesa da Assembleia, para estudar a situação actual do Município de Celorico da Beira, no que concerne a esta matéria, sendo que, o tempo de que dispõem é escasso. -----

-----Disse que o cronograma da organização do território, apresentado no Documento Verde, prevê para os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro a discussão pública de Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais, devendo o grupo de trabalho atrás sugerido, analisar a situação do concelho na próxima Assembleia que se irá realizar no mês de Dezembro. -----

-----De seguida, elogiou o Senhor Presidente da Câmara pelo facto de ter aceite o desafio por si proposto, ou seja, a candidatura ao Projecto ECOXXI. Disse que este projecto tinha como objectivo distinguir as boas práticas, políticas e acções no sentido da sustentabilidade desenvolvidas a nível local, com especial ênfase nos aspectos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. -----

-----Disse que espera que esta auditoria seja o início de um trabalho em prol do ambiente no concelho. Frisou que embora não tenham solicitado a sua ajuda, continua disponível para ajudar a autarquia, nesta e noutras situações. -----

-----A Senhora **Secretária da Junta de Freguesia de Fornotelheiro** começou por fazer referência à necessidade e importância da construção de um Pólo Educativo na Freguesia de Fornotelheiro. Disse que aquela freguesia reúne todas as condições para que isso aconteça, uma vez que há facilidade em encontrar terreno e que poderiam abranger um grande número de população devido às Freguesias que estão à sua volta, bem

como, o facto de na zona industrial desta Freguesia trabalhar muita gente que com melhores condições trariam os filhos para frequentar este Pólo. Questionou ainda, qual o ponto de situação relativamente a esta situação.--

-----De seguida e em nome da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, manifestou o descontentamento perante o encerramento parcial da estação de caminhos-de-ferro de Celorico Gare, uma vez que esta estação se encontra numa zona favorecida, quer a nível de acessibilidades, quer de utilização de utentes. Disse que a Junta já enviou um ofício à REFER a expor e a questionar sobre a situação. Pretendeu saber o que poderá ser feito para reverter a situação.-----

-----O Senhor **Deputado Luís Carlos** apresentou uma Moção de Repúdio ao Governo pelo Encerramento do SAP de Celorico da Beira, que de seguida se transcreve:-----

-----“A Bancada do Partido Socialista, tendo conhecimento do Encerramento Temporário do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Celorico da Beira no período nocturno, decidiu demonstrar a sua indignação, ao Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, apresentando uma Moção de Repúdio pelos prejuízos que esta medida poderá vir a causar em termos sociais no nosso Concelho.-----

-----Com efeito, a Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, entende que: -----

----- - Embora em termos de distanciamento do Concelho de Celorico da Beira em relação ao Hospital da Guarda não seja dos Concelhos mais prejudicados, a verdade é que tirando a A23 e A25 as actuais acessibilidades alternativas são impróprias para casos de transporte de urgência. -----

----- - Mais acresce que estando prevista a introdução de portagens nas A23 e A25 e, não estando prevista a total isenção por parte dos residentes, torna-se “sui géneris” que as populações tenham de suportar custos acrescentados para se dirigirem ao Hospital de referência.-----

----- - O envelhecimento que caracteriza as nossas populações é também um factor que, em nosso entender, deverá pesar nesta decisão, pois este grupo terá sérias dificuldades em se deslocar ao mesmo hospital de referência.-----

----- - O estado de espírito debilitado das nossas populações, fruto do encerramento de empresas na Região e conseqüente perda de postos de trabalho, será ainda mais afectado quando estas se virem sem serviços de saúde de proximidade. -----

----- - No caso, de ser encerrado definitivamente o SAP, alertamos para a pertinência de aguardarem algum tempo de forma a preparar as estruturas locais (Bombeiros Voluntários, ONG, Forças Militarizadas) e suas populações, dando algumas respostas com outros meios ainda não existentes, para minimizar o impacto social e económico de tal decisão. -----

-----Pelo exposto, pedimos que esta Moção vos possa sensibilizar e demover desta discriminação claramente negativa para com aqueles que mais isolados estão e mais sofrem pelo subdesenvolvimento. Por um Portugal igualitário nas oportunidades a Bancada do PS desta Assembleia Municipal apela a que Vossas Exas. tenham em conta os nossos anseios e preocupações apresentadas. -----

-----Celorico da Beira, 30 de Setembro de 2011-----

-----A Bancada do Partido Socialista.”-----

-----A Senhora **Deputada Diana Seco** começou por dizer ter tido conhecimento de que as AEC's na maioria dos Concelhos já se iniciaram, à excepção de Celorico da Beira, questionado se em Celorico da Beira se vão iniciar ou não. -----

-----De seguida, fez menção a uma notícia publicada no Jornal “O Interior”, a qual refere que Celorico da Beira é a autarquia do distrito da Guarda com mais funcionários relativamente aos seus habitantes, ou seja, 39,6 funcionários por mil residentes, um pouco mais do dobro da média nacional. Já em comparação, Castelo Branco tem 9,3 funcionários por mil

habitantes. Pretendeu saber o que tem sido feito para reduzir o número de funcionários na autarquia. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que os problemas que assolam Celorico da Beira são por demais evidentes, e que cada vez que Celorico da Beira é mencionado, é por situações menos boas.-----

-----Disse que a governação proposta por este executivo chegou ao fim da linha, devido à completa ausência de estratégia, levando a que Celorico da Beira, actualmente esteja pior do que há 6 anos atrás. -----

-----Neste momento, a principal preocupação prende-se com 3 factores, ou seja, pessoas, funcionários e comércio. Disse que as pessoas que se deslocam ao concelho, não têm equipamentos de que possam usufruir, acrescentado que, as Piscinas estão encerradas; os Centros Escolares não avançam; a estação de comboios vai encerrar; as obras de Requalificação da Escola Sacadura Cabral, provavelmente já não vão avançar.-----

-----Em relação aos funcionários disse que a transferência de competências para autarquia, na área da educação e mais concretamente a gestão de pessoal não docente do Agrupamento, teve apenas uma intenção eleitoralista. Disse que os funcionários da Câmara merecem todo o respeito. Sobre os funcionários da EMCEL disse que os mesmos encontram-se numa situação complicada, e o facto de por motivos eleitoralistas, terem contratado ainda mais funcionários, poderá pôr em causa quem lá trabalha. Face à actual conjuntura, pretendeu saber como irá ficar a situação dos funcionários.-----

-----Disse que o comércio em Celorico da Beira está a encerrar, pretendendo saber o que o executivo pretende fazer relativamente a esta situação. Questionou se têm algum plano de incentivo para os comerciantes, sugerindo que seja chamada a sociedade civil a intervir neste debate.-----

-----Relativamente à introdução de portagens na A23 e A25, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que é já uma realidade. Este Governo mercantilista já definiu que não haverá discriminação positiva. Questionou o que o executivo pretende fazer. Disse que estas auto-estradas vão servir para que o êxodo para o Litoral passe a ser mais rápido. -----

-----O Senhor **Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro** apresentou uma Moção pela Suspensão das Obras de Requalificação da Escola EB/2,3 Sacadura Cabral de Celorico da Beira, que de seguida se transcreve: -----

-----“A Bancada do Partido Socialista, tendo conhecimento da Suspensão Temporária das Obras de Requalificação da Escola EB 2,3 Sacadura Cabral, projecto aprovado pelo anterior Governo sobre a responsabilidade do Parque Escolar, decidiu demonstrar a sua indignação, ao Ministro da Educação e Ciência, Dr. Nuno Crato, apresentando uma Moção pelos prejuízos que esta medida está a causar em termos sociais, educacionais e económicos no nosso Concelho. -----

-----Com efeito, a Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, entende que: -----

----- - Os jovens de Celorico há muito ambicionavam ter iguais condições de aprendizagem que muitos outros Concelhos têm, numa demonstração clara de igualdade de oportunidades. -----

----- - Torna-se surreal uma obra aprovada pelo anterior Governo do Partido Socialista no montante de Dez Milhões de euros, venha agora ser suspensa sem que se avalie os prejuízos que daí advêm. -----

----- - O envelhecimento que caracteriza a nossa população já por si é um factor preocupante, o que a somar à inexistência de condições condignas em termos de equipamentos escolares, levará conseqüentemente a uma maior desertificação. -----

----- - O estado de espírito debilitado das nossas populações, fruto do encerramento de empresas na Região e conseqüente perda de postos de

trabalho, aliado à inexistência de uma Escola condigna que assegure o bem-estar dos nossos jovens, representará a perda de mais um serviço de proximidade e um direito que a todos assiste. -----

----- - Relembramos que caso efectivamente a suspensão das Obras passe a carácter definitivo, as estruturas locais existentes, não estarão preparadas para dar respostas com os meios que actualmente dispõem e que se encontram obsoletos. -----

-----Pelo exposto, pedimos que esta Moção vos possa sensibilizar e demover desta discriminação claramente negativa para com aqueles que mais isolados estão e mais sofrem pelo subdesenvolvimento. Os Jovens de Celorico merecem igualdade de oportunidades e daí a Bancada do PS apelar a que Vossas Exas. tenham em conta os nossos anseios e preocupações. -----

-----Celorico da Beira, 30 de Setembro de 2011-----

-----A Bancada do Partido Socialista” -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela** apresentou uma Moção Sobre a Reforma da Organização Administrativa do Território/Poder Local, que de seguida se transcreve:-----

-----“No decorrer desta semana foi apresentado pelo Sr. 1.º Ministro com “pompa e circunstância” um documento, denominado de “Livro Verde”, com o objectivo de reformar a organização administrativa do Território e por conseguinte o Poder Local. -----

-----Entendendo-se que urge impor-se uma necessária e urgente reforma administrativa, com o intuito de melhorar a gestão do território e a prestação de serviços, assim como se fazer um melhor aproveitamento de todos os recursos existentes, pretende-se através desta reforma, segundo o referido documento, aglomerar-se freguesias, com o objectivo de minorar as assimetrias populacionais existentes. -----

-----Caso esta pretensão seja aprovada com os critérios apresentados, a redução do n.º de freguesias será avassaladora, de 4259 freguesias

existentes no país, passaremos a contar com pouco mais de 600 freguesias. -----

-----No caso do Concelho de Celorico da Beira, actualmente com 22 freguesias distribuídas por uma área territorial de mais de 247 Km², ficará com esta medida reduzido a um máximo de 6 ou 7 freguesias.-----

-----No nosso entender, esta será uma “machadada” fatal na política de proximidade do poder local, do qual todos sabemos e reconhecemos o valor importantíssimo numa vertente de proximidade, sendo os executivos de Freguesia que na maior parte das vezes lidam com os problemas tão específicos de cada local e das suas gentes. -----

-----Entendemos porém, que a coesão territorial só é possível com um trabalho constante e diário, em que as Juntas de Freguesia através dos seus membros são o “ponto de socorro” para estas populações que vivem longe dos grandes centros urbanos e administrativos. -----

-----Reconhecendo ainda que existem realidades diferentes, entre meios urbanos e rurais, em que o Interior contribui para o enriquecimento do Litoral, não recebendo nada em troca, solicitamos que sejam tomadas medidas urgentes de “discriminação positiva” para o interior. -----

-----Note-se, que as populações do Interior migraram para o Litoral, principalmente nas últimas décadas, provocando um aumento demográfico, habitacional, emprego, equipamentos sociais, entre outros, custando-nos pelo exposto aceitar que esta sugestão de reforma seja discriminatória e não defenda o interesse das nossas populações. -----

-----O Concelho de Celorico da Beira vive de uma realidade rural típica do Interior e de uma população muito envelhecida, necessitando diariamente de atenção, de igualdade e de ajuda para com estas pessoas, de modo a que as mesmas possam viver com melhor conforto e na igualdade de direitos de um país democrático, aliás o Poder Local Democrático foi a grande conquista do 25 de Abril. -----

-----Se esta pretensão for levada a cabo será dado o maior retrocesso na Democracia Portuguesa.-----

-----Aquilo que move os cidadãos em Democracia é, essencialmente, a possibilidade de poderem contribuir com as suas críticas e opiniões para a melhoria de país em que vivem. -----

-----Porque entendemos que as Juntas de Freguesia são o baluarte e o garante de um Estado Democrático, que age próximo das pessoas, pela ajuda e na resolução dos seus problemas, não aceitamos que a nossa voz não seja tida em conta.-----

-----Pelo exposto, pedimos que esta Moção vos possa sensibilizar e demover desta discriminação, claramente negativa para com aqueles que mais isolados estão e que mais sofrem de subdesenvolvimento.-----

-----Por um Portugal igualitário nas oportunidades os Celoricenses entendem, por esta forma, que a reorganização administrativa do Poder Local apresentada em nada contribui para o bem-estar dos nossos munícipes, mas sim para o seu esquecimento...-----

-----Celorico da Beira, 30 de Setembro de 2011-----

-----A Bancada do Partido Socialista.”-----

-----O Senhor **Deputado Júlio Ambrósio** começou por felicitar o executivo, na pessoa do Senhor Vereador António Silva, pelo facto do Queijo Serra da Estrela ter sido eleito como uma das 7 Maravilhas da Gastronomia Portuguesa. Disse que gostaria que o Solar do Queijo ficasse com o brasão das 7 Maravilhas, bem como, os produtores terem também direito a essa distinção. -----

-----De seguida, pretendeu saber se o Festival da Castanha e do Borrego se vai realizar e em que moldes. -----

-----Disse que a estrada de Prados/Assanhas encontra-se em estado de degradação, devido aos camiões que por ali circulam, para a construção do novo Parque Eólico, solicitando que o executivo diligencie no sentido de resolver este problema. -----

-----O Senhor **Deputado Frederico Sena** apresentou uma Moção sobre o Encerramento Parcial da CP de Celorico-Gare, que de seguida se transcreve:-----

-----“A Bancada do Partido Socialista, tendo conhecimento do Encerramento Parcial da Estação de Caminhos de Ferro de Celorico-Gare, decidiu demonstrar a sua indignação, ao Ministro da Economia e Emprego, Dr. Álvaro Santos Pereira e ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Monteiro, apresentando uma Moção pelos danos que esta medida está a causar em termos socioeconómicos, não só para a população do nosso Concelho, como também Concelhos vizinhos. -----

-----Com efeito, a Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, entende que: -----

-----Estando a Estação de Caminhos-de-Ferro de Celorico-Gare apenas aberta ao público, das 10h30 às 15h20 e das 16h20 às 19h15, pois fora destes períodos a mesma encontra-se encerrada, torna-se imperativo inverter esta situação. -----

-----Esta Estação sempre teve muito movimento, servindo não apenas a população de Celorico mas todos os Concelhos limítrofes, uma vez que a sua localização torna-a uma Estação de preferência de inúmeros utentes, muitos deles **Jovens**. A falta de movimento e de utentes nunca será certamente motivo e justificação para o encerramento da mesma. -----

-----Este Encerramento parcial é muito preocupante, pois todos sabemos que aos poucos poderá tornar-se num encerramento total. -----

-----Semanalmente a Estação de Celorico-Gare é pequena para proteger da chuva e do frio os jovens do nosso Concelho se deslocam para todo o País para prosseguir os seus estudos. Se deixarmos que esta Estação encerre, que motivação têm os jovens em regressar à sua terra natal, que gradualmente lhes retira as poucas infra-estruturas básicas que ainda existem?-----

-----A crise económica e social é uma realidade e com a inclusão de portagens nas SCUT's, A23 e A25 o transporte ferroviário será, ainda mais, a alternativa utilizada.-----

-----A população mais envelhecida procura neste meio a alternativa mais económica para poder viajar e visitar os seus familiares, deparando-se agora com este cenário triste, pois não podem olhar para o Interior apenas quando se pretende retirar benefícios ou direitos.-----

-----Consideramos esta atitude inadmissível e inaceitável, pois num momento de crise como aquele que atravessamos, a utilização do comboio é o meio mais económico para as famílias se poderem deslocar.-----

-----Pelo exposto, pedimos que esta Moção vos possa sensibilizar e demover desta decisão discriminatória para com aqueles que mais isolados estão e mais sofrem pelo subdesenvolvimento. Em defesa dos nossos direitos e igualdade de oportunidades a Bancada do PS desta Assembleia Municipal apela a que Vossas Exas. tenham em conta os nossos anseios e as nossas preocupações.-----

-----Celorico da Beira, 30 de Setembro de 2011-----

-----A Bancada do Partido Socialista.”-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado António Fonseca** referiu ser do conhecimento público que a empresa que construiu a Biblioteca Municipal entrou em processo de insolvência, questionando se os direitos e deveres da autarquia estão salvaguardados.-----

-----Relativamente às moções apresentadas, considera que as mesmas merecem toda a atenção e reflexão, uma vez que estas situações irão levar à desertificação do Interior, sendo que, o objectivo é fixar população no Concelho. Disse que além de todas estas moções apresentadas, existe também uma outra situação que o preocupa, ou seja, a água que chega às torneiras que é imprópria para consumo, tem cor castanha, com mau cheiro, e pela qual se paga uma factura elevada.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que os temas abordados são uma preocupação de todos. De seguida, questionou o executivo sobre o processo da Escola Profissional Beira Serra, qual o montante em dívida e se o executivo irá dar cumprimento ao acordado e em que moldes. -----

-----Relativamente aos Centros Escolares disse que desde o primeiro momento que reforçou a necessidade de se avançar com a construção dos referidos centros. O Centro Escolar do Vale do Mondego, edificado na Freguesia do Porto da Carne, avançou e está já em funcionamento, havendo a possibilidade das crianças da Lageosa poderem ir para o Centro Escolar do Porto da Carne, ao invés de serem os do Porto da Carne a virem para a Lageosa. Há necessidade de definir uma estratégia e o executivo procurar alternativas para solucionar o problema das Piscinas Municipais, uma vez que, os pais têm de se deslocar à Guarda para os filhos terem aulas de natação. -----

-----Disse que as moções apresentadas pela Bancada do PS mostram solidariedade de todos os Celoricenses. Relativamente ao encerramento do SAP, disse que efectivamente esta medida foi aprovada em 2006, pelo Senhor Ministro Correia de Campos, mas que o facto é que nunca encerrou, a não ser agora. Por fim, disse que deverá haver um diálogo sério entre todas as bancadas, Executivo Municipal e Vereadores da Oposição de forma a minorar esta situação. -----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** inquiriu o Senhor Deputado José Albano, sobre se o Partido Socialista estivesse no Governo, o SAP encerraria, ou não. Disse que a Bancada do PS trouxe moções, para explicar aquilo que não conseguiram trazer para o concelho. -----

-----Relativamente à Moção apresentada pela Bancada do PS e assunto também exposto pela Junta de Freguesia de Fornotelheiro, sobre o encerramento parcial da estação de caminhos-de-ferro de Celorico-Gare, deu conhecimento de que a Concelhia do PSD de Celorico da Beira,

também enviou um ofício para os Deputados da Assembleia da República eleitos pelo PSD círculo da Guarda; Dr. Manuel Augusto Meirinho Martins; Dr. António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto; Dr.ª Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra e Comissão Política Distrital do PSD Guarda, relativamente a este assunto.-----

-----Relativamente ao encerramento do SAP, disse que foi uma má opção por parte da ULS da Guarda. Pretendeu saber, se o Executivo envidou esforços por um Serviço de Urgência Básico, no Centro de Saúde de Celorico da Beira, que poderia abarcar outros concelhos, citando a título de exemplo, o caso de Moimenta da Beira, que manteve o Serviço de Urgência Básico, agregando outros concelhos. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** em relação ao encerramento do SAP, disse que desde sempre que o Partido Socialista assumiu com a população de Celorico da Beira, que enquanto fosse governo o SAP não encerraria, até que dia 5 de Junho tudo mudou. Disse que, a solução encontrada pelo Executivo, que passa por ter uma viatura dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, com uma equipa de bombeiros bem apetrechada de meios para que fossem assegurados os serviços das 20h até às 00h, não poderá ser mantida para sempre.-----

-----No que concerne à Requalificação da Escola EB2/3 Sacadura Cabral, está contemplada uma verba para a referida requalificação. Os contentores foram colocados na Escola e como tal a obra já deveria ter arrancado. Disse que enquanto pais e munícipes têm de lutar para o desenvolvimento do concelho e não permitir que seja retirado a Celorico da Beira este projecto. -

-----Sobre o encerramento parcial da CP, disse que é preocupante, porque aos poucos este encerramento parcial poderá tornar-se definitivo. Esta estação sempre teve muito movimento, servindo a população de Celorico da Beira, bem como, todos os concelhos limítrofes.-----

-----Relativamente à introdução de SCUT's disse que o PS foi o primeiro no Distrito a manifestar-se contra, mantendo ainda hoje a sua posição. Os

pórticos são uma realidade e provavelmente não haverá isenções. Por fim, disse que estão perante situações que exigem uma tomada de posição e a união de todos os Celoricenses. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que é fácil atirar responsabilidades para quem Governa um País, mas o facto é que um défice não se cria de um dia para o outro, é ao longo dos anos. O Governo de Cavaco Silva foi o “pai” do défice, que se iniciou há cerca de 15 anos atrás. -----

-----Sobre o encerramento dos SAP’s diz que é a favor, desde que o mesmo seja feito de Caminha a Vila Real de Santo António. -----

-----De seguida, disse que todos conhecem os problemas do Interior e do concelho de Celorico da Beira. É tempo desta Assembleia Municipal assumir uma nova postura, ter uma discussão aberta à sociedade e a toda a população sobre estes assuntos. É da opinião que estas preocupações são comuns a todos os concelhos do distrito da Guarda, pelo que, deveriam de uma vez por todas unirem-se e promoverem um debate sério sobre o Interior.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** cumprimentou os presentes e informou que se encontrava nesta sessão em representação do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Relativamente ao voto de pesar apresentado, em memória do Senhor Eng.º António Martins, disse que todo o executivo partilha do mesmo. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Veiga Simão, disse que o Documento Verde da Reforma da Administração Local vai penalizar o

concelho de Celorico da Beira e com estas medidas, 14 Freguesias estarão em risco (com base em documentos da DGAL e ANAFRE). Sobre a constituição do grupo de trabalho, solicitou que durante a próxima semana, cada bancada indique três elementos para integrarem o referido grupo de trabalho. -----

-----Relativamente à construção dos Pólos Educativos e respondendo à Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, disse que os locais estavam já definidos aquando da aprovação da Carta Educativa, daí não ser possível contemplar a Freguesia de Fornotelheiro. Sobre o encerramento parcial da CP referiu que o executivo teve uma reunião com a CP, no sentido de ser estudada uma solução, para o não encerramento da mesma. Disse que esta tomada de posição por parte da CP está a levar ao desaparecimento de alguns horários de comboios. Presentemente a CP passou a ter um único funcionário, daí o horário praticado neste momento. Deu também conhecimento de correspondência trocada entre a Câmara Municipal e a CP, no sentido de solucionar o problema. Neste momento o executivo está a elaborar um plano que será enviado à CP, no sentido de manter a estação aberta nos mesmos moldes, ou seja, com os mesmos horários e paragens. -----

-----Sobre a Moção de Repúdio ao Governo, pelo Encerramento do SAP de Celorico da Beira, apresentada pelo Senhor Deputado Luís Carlos, disse que também partilha da mesma, acrescentado que têm de se unir para defender o concelho. -----

-----Em resposta à Senhora Deputada Diana Seco informou que as AEC's neste momento em metade do concelho estão a funcionar e a outra metade que compete à autarquia ainda não está. Disse que a autarquia iniciou os procedimentos em tempo útil, mas depois ficaram sem saber se haveria financiamento por parte do Ministério da Educação e o processo parou. Informou que solicitaram ao Ministério da Educação e das Finanças que esclarecessem se as verbas estão garantidas, mas ainda não obtiveram resposta. Sobre Celorico da Beira ser a autarquia do distrito da

Guarda com mais funcionários relativamente aos seus habitantes, ou seja, 39,6 funcionários por mil residentes, esclareceu que esse estudo não corresponde à realidade actual, uma vez que se reporta ao ano de 2010. Deu conhecimento de que o pessoal não docente passou novamente para o Agrupamento e alguns dos contratos que haviam terminado não foram renovados, daí o número de funcionários ser menor. -----

-----Fazendo referência à intervenção do Senhor Deputado Armando Neves, disse que Celorico da Beira também é falado por coisas boas, citando a título de exemplo, Universidade Sénior; Parapente; 7 Maravilhas da Gastronomia, entre outras. Não concorda quando o Senhor Deputado refere que a governação deste executivo chegou ao final, uma vez que tal facto só poderá ser constatado aquando do próximo acto eleitoral. Sobre as Piscinas Municipais disse ter sido elaborado um plano de rentabilidade, do qual será dado conhecimento ao Ministério da Educação e Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, para ser trabalhado em conjunto com a autarquia. Disse que toda a parte processual, projectos, candidatura do Centro Escolar de Celorico da Beira está concluída, tendo havido um atraso com a definição do loteamento. O referido projecto (candidatura) não fazendo parte do Programa de Governo, levou à inclusão da candidatura ao Mais Centro e CIM. -----

-----Quanto à transferência de competências para a autarquia, na área da educação ter tido apenas uma intenção eleitoralista, como foi referido pelo Senhor Deputado, discorda em absoluto, até porque, esta transferência teve como base um contrato assinado por ambas as partes, onde estava tipificada a forma e o número de Recursos Humanos a transferir. Referiu ainda, que existia uma lacuna de financiamento quanto às despesas com os prémios de seguro de acidentes de trabalho e ADSE, que não eram comparticipadas pelo Ministério da Educação e que a longo prazo se traduziria num aumento de custos para a autarquia.-----

-----Sobre os funcionários da EMCEL, disse que a actual Administração tudo tem feito para que recebam os seus vencimentos, tendo neste

momento sido pago o mês de Julho. Disse que foi solicitado aos funcionários que colaborassem, sendo deslocados de uns serviços para outros, onde são necessários e a resposta é um processo em Tribunal de Trabalho com pedido de indemnização. No que concerne ao fecho do comércio no concelho, disse que todos têm de contribuir para evitar essa situação, consumindo preferencialmente no comércio tradicional do concelho e não nas grandes superfícies.-----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Albino Bárbara disse que a introdução de portagens são uma realidade e não sabe se serão contempladas as isenções. Compete ao executivo alertar o Governo das implicações negativas que esta medida irá trazer para o concelho de Celorico da Beira, defendendo o envio de uma Moção para o actual Governo manifestando este descontentamento. -----

-----No que concerne à Moção pela Suspensão das Obras de Requalificação da Escola EB/2,3 Sacadura Cabral de Celorico da Beira, apresentada pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro, disse que enquanto executivo apoia esta Moção. Disse que a escola de Celorico da Beira não estava contemplada e este executivo trabalhou para reverter esta situação, como de facto aconteceu. O PS assumiu um compromisso que o actual governo não está a cumprir. De seguida, fez uma resenha da correspondência trocada entre o Executivo, Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira e o Ministério da Educação. Disse que foram já solicitados esclarecimentos relativamente a este assunto e até à data não obtiveram qualquer resposta. Apelou que, aquando da retirada dos contentores a população deve mobilizar-se, Assembleia Municipal, pais, Executivo e que se concentrem no local não deixando retirar os mesmos. Deve também ser chamada a comunicação social e tomar uma posição perante todos, em defesa dos interesses do concelho e em prol da Educação dos nossos filhos.-----

-----No que concerne à Moção Sobre a Reforma da Organização Administrativa do Território/Poder Local, apresentada pelo Senhor

Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela, disse que apoia a mesma, sugerindo que em conjunto com os municípios se concertem posições e soluções para fazer face a esta nova realidade. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Júlio Ambrósio disse que o Solar do Queijo irá ficar com o brasão das 7 Maravilhas da Gastronomia Portuguesa, bem como, os produtores de queijo DOP irão ter um *pin* (bandeira) para colocar na lapela, aquando da realização de eventos. Deu conhecimento de que o Festival da Castanha e do Borrego se vai realizar nos dias 29 e 30 de Outubro respectivamente, nos mesmos moldes dos anos anteriores, convidando todos os presentes a participar. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Fonseca disse que a obra da Biblioteca foi contratualizada com um consórcio (ARL e Abrantina), sendo que, neste momento todas as responsabilidades desse consórcio estão acauteladas, acrescentando que a obra será finalizada num curto espaço de tempo. Sobre as AdZC disse que intentaram uma acção judicial contra esta empresa, de forma a rescindir o contrato existente, apresentado também como prova, queixas dos munícipes, bem como, garrafas de água impróprias para consumo que são entregues na autarquia. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado José Albano disse que o processo da Escola Profissional se deveu ao facto de em anteriores executivos se terem retirado das instalações da referida escola, diverso equipamento didáctico e de escritório, entre outro, o qual deveria ter sido acondicionado, mas o que de facto se constatou, é que o mesmo não existe, tendo o Município sido condenado a pagar 240 mil euros, na pessoa do Senhor Eng.º Faria de Almeida. Acrescentou ainda, que com este valor poderiam, por exemplo, acautelar o pagamento de salários aos funcionários da EMCEL, bem como, a fornecedores. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Nuno Nascimento esclareceu que no dia que foram encerradas as urgências, a administração da ULS da Guarda, convocou uma reunião em que estiveram presentes:

este executivo, os Bombeiros Voluntários e a Senhora Delegada de Saúde, e na qual lhes foi comunicado o encerramento das urgências de Celorico da Beira, a partir das 20h desse mesmo dia. Apesar de se comentar o encerramento do Centro de Saúde, os moldes em que a referida comunicação foi feita, apanhou desprevenido o Executivo. Foram ainda informados que o encerramento se devia à falta de médicos, motivo pelo qual, não permitia que as urgências continuassem a funcionar. Nessa reunião, o executivo mostrou o desagrado pelas medidas que tinham sido tomadas e também por ter sido anunciado no próprio dia da ocorrência. Foi-lhes comunicado pela ULS que esta situação se prolongaria até final de Setembro, a partir do qual teriam as condições reunidas para repor o funcionamento das urgências deste SAP. Referiu ainda, que foi requisitada uma viatura aos bombeiros voluntários desta vila, porque só assim poderiam ultrapassar a situação, com uma equipa apetrechada de meios para que fossem assegurados os serviços das 20h até às 00h. Disse que há um conjunto de situações que fazem com que as urgências em Celorico da Beira se possam manter em funcionamento. Sempre defendeu que a situação geográfica deste concelho, melhor centralizado, relativamente a outros concelhos, reunia as condições para abrangê-los, independentemente de se situar mais perto da Guarda. Disse ainda, que irão reunir com o Ministério da Saúde para que haja continuidade dos serviços de urgência, no SAP deste concelho. -----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia** solicitou que a Moção relativa à introdução de “Portagens na A23 e A25”, que havia sido retirada na Sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2011, uma vez que estavam perante um Governo demissionário, fosse agora apresentada e votada. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** fez a seguinte declaração de voto: - -----

-----“Este assunto é demasiado sério para servir de bandeira eleitoral. A bancada do Majusp tinha votado contra a retirada desta Moção. Parece-me desapropriado e quiçá irónico, que as pessoas que votaram contra, venham agora votar a favor.” -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu que na altura em que esta Moção foi apresentada, não fazia qualquer sentido, a sua apresentação, uma vez que, tal como já tinha referido, o país estava a atravessar uma mudança de governo, daí ter sido retirada. Neste momento, com a introdução de portagens, e com a exclusão das isenções, faz todo o sentido manifestar o descontentamento desta Assembleia Municipal perante tal facto. -----

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foram postas a votação as Moções apresentadas, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----**MOÇÃO “PORTAGENS NA A23 E A25”** -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.** -----

-----**MOÇÃO “ENCERRAMENTO PARCIAL DA CP DE CELORICO-GARE”** -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.** -----

-----**MOÇÃO SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO/PODER LOCAL** -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a Moção apresentada.** -----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** disse abster-se uma vez que apesar de não ter conhecimento das Juntas de Freguesia a encerrar, considera que muitas delas não têm utilidade.-----

-----**MOÇÃO PELA SUSPENSÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB/2,3 SACADURA CABRAL DE CELORICO DA BEIRA** ----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.-----

-----**MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO PELO ENCERRAMENTO DO SAP DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.-----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** disse ter votado favoravelmente, uma vez que defende os interesses da população do concelho de Celorico da Beira, no entanto, ressalva que faltou algo da parte do executivo, ou seja, ausência de reacção. O executivo devia ter movimentado a população e a comunicação social, para manifestar o desagrado perante tal situação.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que a ULS da Guarda assumiu o compromisso de que o SAP só estaria encerrado até dia 30 de Setembro, sendo que o Executivo não partiu para qualquer acção dessa natureza, porque ainda estavam dentro do prazo estipulado pela ULS. No entanto, se não for cumprido o acordado, o Executivo irá estudar outras formas de resolução.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse compreender a posição do Executivo. Existe um documento da ULS no qual assume um compromisso, mas infelizmente, há alturas em que têm que ser tomadas

posições mais drásticas. Propôs que a autarquia informe a ULS que irão aguardar mais alguns dias, sendo que, findo esse período, haverá uma manifestação da população junto ao Centro de Saúde, para lutar por aquilo a que os Celoricenses têm direito. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Armando Neves** sobre o encerramento do SAP disse ter havido um silêncio do Poder Local do Concelho, não tendo havido qualquer acção por parte destes. Fez uma proposta no sentido de organizarem uma movimentação junto de todos estes equipamentos, por forma, a manifestarem o descontentamento perante tais actos. -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** apresentou uma proposta no sentido de que cada bancada indique três elementos, para integrarem o grupo de trabalho, para análise do Documento Verde da Reforma da Administração Local, que visa a Reforma Administrativa do Poder Local, bem como, a organização do território. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs que fossem incluídos na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CONTAS SEMESTRAIS DA CÂMARA 2011 E RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO;**-----

-----**RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE 2011 DA EMCEL;**-----

-----**COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL – ENCARGOS DO MUNICÍPIO. ALTERAÇÃO DO VALOR PREVISTO EM REGULAMENTO**

DAS TAXAS ENUNCIADAS NO ART.º 20.º, DO DECRETO-LEI N.º 161/2006, DE 8 DE AGOSTO.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão destes assuntos, na Ordem do Dia.**-----

-----Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte:-----

-----**1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2011;**-----

-----**2 – RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**-----

-----**3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**-----

-----**4 – TAXAS DE IMI PARA 2012;**-----

-----**5 – APLICAÇÃO DA DERRAMA;**-----

-----**6 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;**-----

-----**7 – BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE;**-----

-----**8 - CONTAS SEMESTRAIS DA CÂMARA 2011 E RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO;**-----

-----**9 - RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE 2011 DA EMCEL;**--

-----**10 - COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL – ENCARGOS DO MUNICÍPIO. ALTERAÇÃO DO VALOR PREVISTO EM REGULAMENTO DAS TAXAS ENUNCIADAS NO ART.º 20.º, DO DECRETO-LEI N.º 161/2006, DE 8 DE AGOSTO.**-----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/06/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 3, referente à sessão ordinária do dia 29/06/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com
6 abstenções.-----

-----2 - **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2011**---

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos
prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou
justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----António Rego Rodrigues Veloso.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2011**

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Milena Sandra Tavares Esteves;-----

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente;-----

-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de
Salgueirais.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/09/2011**---

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento
do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**) e
que se encontra na secção de actas, para quem pretenda consultar.-----

-----**3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente acta (**anexo II**). ----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** fez uma breve explicação das principais obras, actividades e eventos e perguntou se os Senhores Deputados tinham alguma questão a colocar sobre a informação escrita. ----

-----**4 – TAXAS DE IMI PARA 2012**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo III**), informando de que na reunião ordinária realizada a 7/9/2011, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos do artigo 112.º do CIMI, uma taxa de 0,8%, para prédios rústicos; de 0,7% para prédios urbanos e de 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2012. ---

-----O Senhor **Vereador António Silva** fazendo referência ao Documento Verde da Reforma da Administração Local disse que o mesmo implicará obrigatoriamente uma revisão profunda de todo o actual enquadramento legislativo ao nível das atribuições e competências das Autarquias Locais e do seu financiamento, através de um conjunto de iniciativas legislativas. Falou também na proposta de Matriz de Critérios de Análise, no âmbito do Sector Empresarial Local, que irá ter em consideração vários critérios, tais como, o sector de actividade; o objectivo do serviço público; a sustentabilidade financeira demonstrada nos últimos 3 anos de actividade; a composição do orçamento e estrutura de receitas próprias e a relação do

número de empresas do Município de acordo com a sua tipologia (número de habitantes), que irão servir de base à extinção de entidades do SEL, um dos objectivos que está previsto na reforma administrativa do sector local. --

-----De seguida e relativamente às taxas de IMI, disse que a aplicação destas taxas representa muito pouco em matéria de receita para a autarquia. Disse que a proposta do executivo é no sentido de manter as taxas do ano anterior, no entanto, há uma situação que os preocupa, que se prende com a actualização e valorização dos activos imobiliários. Segundo informação da tutela, os imóveis irão ser avaliados até ao final de 2012, o que no futuro, implicará uma alteração da base de incidência do IMI, que indirectamente também irá aumentar.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse não concordar com a proposta apresentada pelo executivo para aplicação das taxas máximas, até porque, não existem contrapartidas, para quem reside neste concelho, as piscinas municipais estão encerradas, a beneficiação da escola EB2/3 Sacadura Cabral está parada, o SAP encerrou, portagens, exemplos que resultam como um claro desincentivo para a população do concelho. Sugeriu que o executivo reúna com os técnicos da autarquia, comunidade civil e Assembleia Municipal, para que todos em conjunto possam concertar ideias, para solucionar alguns desses problemas e tentar fixar os jovens no concelho.-----

-----Relativamente ao IMI, disse que em Celorico da Beira qualquer cidadão paga o dobro em comparação com outros concelhos, uma vez que, é aplicada a taxa máxima. Para além destas taxas, acresce também o aumento da água e RSU's.-----

-----Pelo exposto, a bancada do Majusp propôs uma redução de 50% na taxa do IMI. Disse que todas as receitas são importantes para o Município, fazendo novamente alusão à participação de até 5% nas receitas de IRS, pretendendo saber se estão a ser cobradas pelo Município, ou se esta verba fica para o Estado.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que a valorização do património está em curso, sendo realizada por pessoas indicadas pelo Serviço de Finanças. Referiu a título de exemplo, que o valor desta taxa em Viseu é mais baixo, mas o valor das casas também é mais elevado. -----

-----Relativamente ao preço da água, comunga da opinião do Senhor Deputado Armando Neves, acrescentando que deveria ser enviada uma moção para as AdZC. Em Celorico da Beira o preço de fornecimento da água é o dobro, relativamente a Coimbra, daí pretenderem rescindir o contrato existente. Neste momento a dívida da autarquia às AdZC é de 28 milhões de euros. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que o que se verifica neste momento, é que as pessoas pagam taxas máximas e têm benefícios mínimos, acrescentando que a política financeira deste executivo é um caos.- -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** fazendo referência às AdZC, disse que já em 2009 foi questionada a rescisão do actual contrato de fornecimento, situação que ainda se mantém, penalizando a autarquia. -----

-----Sobre a taxa de IRS, disse que a bancada do PS pretende que a mesma fique no concelho.-----

-----**A Assembleia deliberou, por maioria, com 8 votos contra e 10 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que apesar de compreender a proposta apresentada pelo executivo, é contra os princípios orientadores do PS, em matéria de impostos. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** subscreveu o que foi dito pelo Senhor Deputado José Albano. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse ter votado contra, por existir uma completa ausência de incentivos e estratégia política no que concerne à manutenção e captação de mais habitantes para o concelho de Celorico da Beira. Disse que a comparação apresentada com a cidade de Viseu é absurda, porquanto, a quantidade de serviços ao dispor dos cidadãos é avassaladoramente distinta. Entende ser imprescindível uma reflexão aberta à sociedade e aos agentes económicos e políticos para a captação de jovens para o concelho. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** disse que a bancada do PSD e CDS/PP subscreve o voto da bancada do Majusp. -----

-----**5 – APLICAÇÃO DA DERRAMA**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo IV**), informando de que na reunião ordinária realizada a 7/9/2011, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 0% de derrama, para o ano de 2011. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez uma ressalva relativamente ao lançamento de derrama, informando que de acordo com a alínea h), do n.º 1, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, nos planos de reequilíbrio financeiro tem que estar previsto o lançamento da derrama pelo seu limite máximo de 1,5% nos termos do n.º 14.º da LFL. -----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**6 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo V**), informando de que na reunião ordinária realizada a 7/9/2011, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2012.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos contra e 3 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**7 - BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo VI**), informando de que na reunião realizada a 7/9/2011, foi deliberado propor à Assembleia Municipal a isenção do imposto municipal sobre as tramitações onerosas de imóveis (IMT), nas aquisições previstas nas condições do n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que segundo se consta, as isenções de IMT no próximo Orçamento de Estado vão acabar, o que irá levar ao desincentivo da venda de habitações aos jovens.-----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*Deliberou ainda aprovar em minuta a presente deliberação.*-----

-----**8 - CONTAS SEMESTRAIS DA CÂMARA 2011 E RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**-----

-----Foi presente para conhecimento o Balanço e a Demonstração de Resultados do Município de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta **(anexo VII)**.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Executivo tem procurado fazer uma contenção de custos. Relativamente ao pessoal não docente, referiu que a meio do processo, o Ministério da Educação estava a desresponsabilizar-se dos encargos com a ADSE, daí a autarquia reverter a situação. Em relação ao número de funcionários, disse que em 2005 eram 236, neste momento são 225. Disse que o ano de 2011 vai ser muito penalizador em todas as autarquias ao nível de pessoal, devido ao Orçamento e FEF.-----

-----De seguida, foi entregue aos Senhores Deputados um documento da DGAL, onde consta a Ficha do Município. Disse que foi efectuada a valorização do património, com ressalvas do registo patrimonial e que foi feito o reforço do inventário permanente. Referiu que as autarquias estão descapitalizadas e apontou como uma das causas, o facto de os pedidos de reembolso estarem atrasadíssimos, provocando graves prejuízos ao nível de Tesouraria. O Município de Celorico da Beira tem aproximadamente um milhão de euros a receber. Deu conhecimento de que da obra de Requalificação de Santa Luzia, Santa Eufêmia e Gimnodesportivo têm a receber meio milhão de euros e da Biblioteca Municipal aproximadamente 400 mil euros, que se estivessem em Tesouraria iria contribuir para a redução da dívida. Disse que se não fosse a penalização da penhora das AdZC a autarquia estaria melhor financeiramente.-----

-----Relativamente à Requalificação da Escola Sacadura Cabral, disse que foi objecto de uma candidatura da responsabilidade da Parque Escolar, que está a ser alvo de uma auditoria; sobre os Centros Escolares referiu que são candidaturas da responsabilidade da autarquia, que serão feitas através do Programa Mais Centro, cujas candidaturas vão ser abertas em Outubro. Deu conhecimento de que a autarquia nunca teve uma bolsa de candidaturas, como neste momento. -----

-----Disse que a Estrada da Velosa está em curso; Parque Industrial da A25 estava parado porque o empreiteiro estava a aguardar a licença de explosivos, que neste momento já avançou e a Requalificação das Margens do Rio Mondego, sendo que, o Estado terá de devolver à autarquia as respectivas participações.-----

-----Disse que o reequilíbrio financeiro tem por base a reorganização do passivo da autarquia, da EMCEL e realização destas obras. Referiu que a revisão da Lei das Finanças Locais prevê uma situação positiva que é o facto de alongar o prazo de amortização de capital. Disse que apesar do reequilíbrio financeiro contemplar um período financeiro de 5 anos, a autarquia irá começar a amortizar logo no primeiro ano. Em matéria de Demonstração de Resultados, a tendência é para a recuperação, apesar do resultado de 2010 ter sido negativo, devido à facturação das AdZC.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** felicitou o executivo pelo facto de o Balanço e a Demonstração de Resultados Semestrais do Município ser presente a esta Assembleia Municipal, bem como, o Relatório Semestral do Auditor Externo, conforme exigido na Lei das Finanças Locais. -----

-----De seguida, fazendo referência à Ficha do Município disse que os dados constantes da mesma são muito graves. Lamenta que a contenção anunciada esteja a ser feita por razões de obrigatoriedade. A percentagem de execução está abaixo do previsto, o que reflecte que o Orçamento aprovado não estava bem elaborado, ou seja, era irreal. -----

-----Relativamente ao pessoal não docente do agrupamento, disse que o facto de os mesmos terem passado para a autarquia não trouxe qualquer vantagem, foi um acto meramente político, acrescentando inclusive, que alguns deles não fizeram parte da lista do Majusp nas últimas eleições, por causa de represálias políticas. Não acha correcto que os funcionários cheguem ao término do contrato e sejam despedidos, dando como exemplo, os Técnicos do Turismo, que pertenciam a um Gabinete que funcionava muito bem.-----

-----Referindo-se ao reequilíbrio financeiro, disse recusar-se a votar uma proposta em que não tenha participado, questionou quais as linhas orientadoras deste plano. Disse que era a favor da responsabilização dos funcionários, mas recusar-se-á, a votar um plano de reequilíbrio que tenha como principal critério de redução de despesa, o despedimento de funcionários.-----

-----Por último, pretendeu saber quanto irá custar à autarquia este plano de reequilíbrio financeiro.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a Câmara Municipal sempre cumpriu com a apresentação das contas semestrais.-----

-----No que concerne ao Gabinete de Turismo, esclareceu que os contratos dos Técnicos haviam chegado ao fim e já não poderiam ser renovados, apesar de serem funcionários exemplares.-----

-----Relativamente ao reequilíbrio financeiro, disse que este estudo está a ser feito por uma empresa de Revisores e que ainda não está concluído. Será realizada uma reunião só para este efeito e a respectiva empresa estará presente para explicar detalhadamente o referido plano.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** em relação ao reequilíbrio financeiro disse que se este for realizado com base em despedimentos, a bancada do PS votará contra. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Armando Neves, relativamente a represálias políticas, inquiriu o Senhor

Vice-Presidente da Câmara sobre se algum dia houve represálias sobre pessoas que não pretendiam integrar as listas. -----

-----Em resposta, ao Senhor Deputado Albino Bárbara, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que nunca houve represálias políticas e que se o Senhor Deputado Armando Neves tiver conhecimento de alguma situação, que o refira. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que todas as pessoas são inteligentes para conseguiram discernir o que é coação e não. Referiu que um Técnico Superior deste Município, que desempenhava as suas funções na autarquia, foi enviado para o espaço internet da Lageosa do Mondego, no qual desempenha funções de monitor, porque apoiou outra cor partidária. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o facto de os funcionários estarem colocados noutros serviços, não quer dizer que não possam desempenhar as suas funções. Represálias políticas existiram, mas os seus autores não estão actualmente à frente da autarquia. Este Executivo não se revê nas palavras do Senhor Deputado e refuta qualquer acusação desta índole, porque essa não é a sua forma de estarem na política. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que a pessoa mencionada nunca foi auscultada para pertencer a qualquer lista, pelo menos da parte do PS. Acrescentou que o seu partido não persegue ninguém. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**9 - RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE 2011 DA EMCEL**-----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório e Contas do 1.º Semestre da EMCEL, que se anexa a esta acta (**anexo VIII**).-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a Empresa Municipal foi fundada em 2000 e daí até 2006 foi alvo de uma reorganização.-----

-----Disse que a Empresa Municipal tem apresentado Resultados Líquidos positivos desde 2007, continuando a ser financiada por capitais da autarquia. O Relatório de Gestão salienta um aumento de despesa, acompanhado de uma redução de pessoal, que vai ser mais evidente no 2.º semestre. Referiu que tem de haver por parte dos recursos humanos da EMCEL uma maior disponibilidade e força de vontade em lutar pelos postos de trabalho e pela empresa. -----

-----Da análise do Balanço verifica-se que a empresa tem vindo a liquidar passivo, houve uma diminuição significativa a fornecedores. A tendência deste ano é para Resultados Operacionais positivos. Deu conhecimento de que a empresa tem 45 funcionários, dos quais 13 são contratados a termo.-

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que a situação da Empresa Municipal é preocupante. Disse que os subsídios à exploração diminuíram, uma vez que, são atribuídos de outra forma, ou seja, através de serviços prestados à autarquia-----

-----Disse que relativamente aos outros rendimentos e ganhos, verifica-se uma diminuição na ordem dos 39,2%, quando comparado com o período homólogo e ao nível do subsídio à exploração, a EMCEL no período em análise, usufruiu de mais 38,8% em relação ao período homólogo. -----

-----A Administração da Empresa Municipal tem feito uma manobra contabilística para a empresa apresentar resultados positivos e continuar em funcionamento. Referiu nada ter contra, desde que estas manobras sirvam para a manter aberta e assim salvaguardar os postos de trabalho. No entanto, tem-se assistido à dispensa de funcionários à medida que os

contratos vão terminando, mais uma vez, admitiram durante o ano de eleições e depois vão despedindo. Referiu que esta situação é tão mais preocupante quando se fala de funcionários com idades superiores a 45 anos, que têm dificuldades em encontrar um novo emprego.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**10 - COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL – ENCARGOS DO MUNICÍPIO. ALTERAÇÃO DO VALOR PREVISTO EM REGULAMENTO DAS TAXAS ENUNCIADAS NO ART.º 20.º, DO DECRETO-LEI N.º 161/2006, DE 8 DE AGOSTO**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma informação técnica, informando de que na reunião realizada a 10/8/2011, foi deliberado propor à Assembleia Municipal conforme previsto no n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 161/2006, que fixe novos valores para as taxas a cobrar aos requerentes, num montante superior aos encargos que o município passa a suportar na sequência de um pedido de um privado, no âmbito do funcionamento da Comissão Arbitral Municipal.-----

-----Mais refere que atendendo à experiência do processo que se encontra a decorrer, propõem que o montante que a Assembleia Municipal venha a deliberar não seja inferior a 1000€ (mil euros).-----

-----Nesta sequência, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propôs o montante de 1000€.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de Agosto, alterar o valor das taxas enunciadas no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de Agosto, e previstas no artigo 63.º do anexo ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Celorico**

da Beira, passando o montante a ser de 1000€, para cada uma das
taxas. -----

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em
minuta.* -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia
Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de
tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a
sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da
Assembleia, à 1:35h, da qual se lavrou a presente acta que vai ser
assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----